

RECURSO ESPECIAL Nº 1.841.665 - SP (2019/0298257-8)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
RECORRENTE : **GUALBERTO GRACINDO GONCALVES**
ADVOGADOS : **SERGIO HENRIQUE PARDAL BACELLAR FREUDENTHAL -**
SP085715
LIZETE MARTINS TEIXEIRA - SP043635
FERNANDA PARRINI - SP251276
RECORRIDO : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial (art. 105, III, "a" e "c", da CF) interposto contra acórdão cuja ementa é a seguinte (fls. 106-112, e-STJ):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. OPÇÃO POR BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO CONCEDIDO NA ESFERA ADMINISTRATIVA, COM RECEBIMENTO DAS DIFERENÇAS DECORRENTES DO BENEFÍCIO CONCEDIDO JUDICIALMENTE. IMPOSSIBILIDADE. ART.

124, II, LEI 8213/91. RECURSO DESPROVIDO.

A pretensão do segurado de perceber valores atrasados da aposentadoria concedida na esfera judicial com a simultânea manutenção do benefício obtido na via administrativa encontra óbice no art. 124, II da Lei 8213/91.

A opção pelo benefício concedido administrativamente, mais vantajoso, implica renúncia ao benefício reconhecido judicialmente em todos os seus efeitos. Agravo de Instrumento desprovido.

A parte sustenta violação do art. 18, §2º, da Lei 8.213/1991 e dissídio jurisprudencial, defendendo, em suma, a possibilidade da "execução dos valores devidos compreendidos entre o reconhecimento judicial do direito e a concessão administrativa do benefício, com a manutenção do benefício mais vantajoso" (fls. 116-126, e-STJ).

Decisão de admissibilidade às fls. 128-131, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 30.10.2019.

Em recente decisão, o STJ admitiu a afetação da presente temática nos Recursos Especiais 1.767.789/PR e 1.803.154/RS, com a delimitação do Tema 1.018/STJ:

"Possibilidade de, em fase de Cumprimento de Sentença, o segurado do

Superior Tribunal de Justiça

Regime Geral de Previdência Social receber parcelas pretéritas de aposentadoria concedida judicialmente até a data inicial de aposentadoria concedida administrativamente pelo INSS enquanto pendente a mesma ação judicial, com implantação administrativa definitiva dessa última por ser mais vantajosa, sob o enfoque do artigo 18, § 2º, da Lei 8.213/1991".

Em tal circunstância, deve ser prestigiado o escopo perseguido na legislação processual (Lei 11.672/2008), isto é, a criação de mecanismo que enseje às instâncias de origem o juízo de retratação na forma do art. 1.040 e seguintes do CPC/2015.

Ademais, com a devolução do feito à origem, não há falar em majoração de honorários.

Pelo exposto, **determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa, para que, em observância aos 1.039 a 1.041 do CPC/2015, conforme a diretriz firmada pelo julgamento do recurso representativo da controvérsia mencionado alhures:**

a) denegue seguimento ao recurso se a decisão recorrida coincidir com a orientação emanada pelos Tribunais Superiores; ou

b) proceda ao juízo de retratação na hipótese de o acórdão vergastado divergir da decisão sobre o tema repetitivo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN

Relator